Da Auto-segregação à Segregação Induzida: Problemas Urbanos em Angra dos Reis $-\,RJ^1$

Milena Paula de Melo²

¹ Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino-Americana de População, Montevideo, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

² Mestre pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Milena_geo20032@yahoo.com.br

Resumo

A concentração populacional nas cidades é um fato evidente nos dias atuais, uma vez que ela constitui-se um importante local de acumulação do capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem ser mais plenamente realizadas. No entanto, essa atração gerada pela cidade produz apropriações e/ou ocupações desiguais no espaço urbano. Portanto, partindo da hipótese de que a desigualdade social se encontra relacionada a processos de segregação sócioespacial em curso na (re)estruturação territorial do município de Angra dos Reis - RJ, o presente trabalho, fruto da dissertação de mestrado, se propõe a discutir e analisar a configuração espacial dessa desigualdade, uma vez que a segregação é um processo fundamental para a compreensão da estrutura intra-urbana, enquanto elemento de diferenciação social, constituindo, portanto, num problema de suficiente relevância para suscitar uma discussão. Assim, Angra dos Reis se caracteriza por apresentar um acelerado crescimento urbano com implicações no que toca ao processo de apropriação e uso do solo. Desta forma, emergem inúmeras contradições socioespaciais expressas nas distintas formas de organização do espaço urbano, principalmente a partir da década de 1970. Tais transformações derivam, sobremodo, da ação de agentes e atores sociais na implementação de empreendimentos direcionados ao atendimento de necessidades exógenas ao município. Paralelamente, este trabalho também busca analisar a criação, manutenção, bem como o acirramento das desigualdades socioespaciais tomando por base as estratégias dos referidos agentes e atores sociais. Para tanto, são elaborados mapas com base em indicadores socioeconômicos utilizando dados do Censo Demográfico do IBGE. Dentre os principais resultados encontrados destaca-se a identificação de recortes espaciais associados tanto ao processo de auto-segregação quanto à segregação induzida de determinados grupos sociais.

Introdução

As cidades possuem um papel fundamental na organização do espaço pelo homem. Desde seu surgimento, elas são um atrativo para as pessoas, principalmente por serem uma fonte de produtos e serviços. No entanto, essa atração gerada pela cidade produz apropriações e/ou ocupações desiguais no espaço urbano. Nesse sentido, de acordo com Corrêa (2001), "a cidade pode ser considerada como a expressão concreta dos processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico". Tais processos sociais produzem sobre o espaço urbano, formas, movimentos e conteúdos, originando a organização espacial do espaço antrópico. Nos dias atuais as cidades são entendidas como a junção dos espaços fragmentados, pois são formadas pelos diferentes usos da terra, e definidas por diversas áreas como, o centro, a área comercial, residencial, industrial, de lazer e aquelas reservadas para futura expansão. A cidade como espaço fragmentado é também espaço articulado, pois cada parte mantém relações com as demais (Corrêa, 2000).

O estudo foi desenvolvido para o município de Angra dos Reis (Figura 1) - localizado na porção sul do Estado do Rio de Janeiro, na Região da Baía da Ilha Grande - uma das mais antigas cidades do litoral fluminense e da costa atlântica brasileira. O seu relevo caracteriza-se pela proximidade da Serra do Mar que, terminando abruptamente junto ao oceano, forma uma costa rochosa recortada com diversas reentrâncias e pontões. "Localizado entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Município de Angra dos Reis têm se destacado desde a sua fundação, em 1502, em decorrência de sua posição" (Bertoncello, 1992).

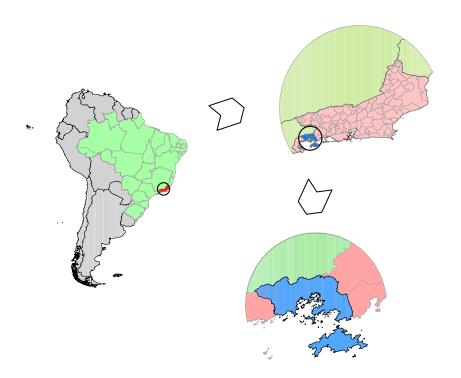
A região será analisada através das particularidades da desigualdade e discrepâncias no território bastante singular, que são resultado do processo histórico e de estruturação do seu território, buscando assim, entender o resultado deste fenômeno na configuração sócioespacial da cidade.

Como uma contribuição ao entendimento desta realidade, este trabalho procura elucidar alguns aspectos das desigualdades sócioespacial do município em questão, buscando analisar os espaços desiguais, a partir de algumas variáveis oriundas do Censo Demográfico 2000. Portanto, partindo da hipótese de que a desigualdade social se encontra relacionada a processos de segregação sócioespacial em curso na dinâmica territorial em Angra dos Reis, o presente estudo se propõe a identificar a configuração espacial dessa desigualdade, uma vez que a segregação é um processo fundamental para a compreensão da estrutura intraurbana, enquanto elemento de diferenciação social, constituindo, portanto, num problema de suficiente relevância para suscitar uma discussão.

Entende-se que a escolha do tema segregação sócio-espacial como foco analítico deste trabalho permitirá ampliar o enfoque usualmente restrito às carências da população e incorporar as privações do espaço vivido abordando, com isso, distintas dimensões da desigualdade.

O trabalho se apoiou também nos agentes sociais que fazem e refazem o espaço urbano. Tais agentes modeladores do espaço desempenharam e continuam desempenhando transformações profundas no interior do município. Em Angra dos Reis, existem diferentes agentes sociais, principalmente ligados ao capital imobiliário e turístico, que atuam na dinâmica espacial e acabam por (re)produzir e ampliar a desigualdade socioespacial nas diferentes escalas.

FIGURA 1 - Localização do Município de Angra dos Reis



Desde já, cabe esclarecer, que procuramos abordar a concepção de uma dialética socioespacial, o que significa dizer que a relação sociedade-espaço é mutuamente determinada, conflitiva e em movimento. Assim, não entendemos o espaço apenas como um espaço social, mas também entendemos a sociedade como uma sociedade espacializada, ou seja, destacamos a existência de uma dimensão espacial da vida social.

Metodologia

Para apoiar a realização deste trabalho, foi proposto uma matriz de indicadores sociais para os Setores Censitários do referido município. Tal matriz foi organizada segundo os dados do IBGE (Censo Demográfico, 2000) e seguiu uma divisão por bloco, abrangendo 16 variáveis onde para cada uma das variáveis componentes dos blocos, é calculado um índice, entre zero (pior índice) e um (melhor índice), que indica a posição relativa dos municípios e das regiões:

- ✓ Indicadores de Caracterização Contextual: demográficos e habitacionais.
- ✓ Indicadores de Meios de Consumo Coletivo: infraestrutura e educacionais.
- ✓ Indicadores de Apropriação Individual: rendimento.

A metodologia utilizada teve o intuito de analisar a configuração socioespacial em Angra dos Reis, buscando assim, discutir e analisar os processos de estruturação territorial e apropriação desigual do/no espaço a partir dos diferentes agentes do espaço urbano.

No tocante à operacionalização, na elaboração do trabalho foram utilizadas as bases cartográficas digitais – dados gráficos – relativas a: divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro, publicadas pela Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Fundação CIDE, e da malha dos Setores Censitários do município de Angra dos Reis, obtida junto ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Além desses dados gráficos foram utilizados, ainda, o conjunto de dados não gráficos, a saber: agregados por Setores Censitários, também produzidos pelo IBGE; e dados municipais do Banco da Dados Municipais, também publicado pela Fundação CIDE.

Assim, para a aplicação desta matriz se fez, inicialmente, um levantamento das variáveis - dados estatísticos - contidas nas tabelas dos Dados Agregados por Setores Censitários dos Resultados do Universo (quadro 1), visando a utilização no conjunto de indicadores de Caracterização Contextual, Meios de Consumo Coletivo e Apropriação Individual que melhor representam a realidade do município em estudo.

Quadro 1: Variáveis dos Dados Agregados por Setores Censitários dos Resultados do Universo Utilizadas na Matriz de Indicadores

Domicílios particulares permanentes Nota: Esta variável possui os mesmos valores das variáveis V0402 e V0621. Domicílios particulares permanentes próprios e quitados Domicílios particulares permanentes alugados Domicílios particulares permanentes cedidos por empregador
V0402 e V0621. Domicílios particulares permanentes próprios e quitados Domicílios particulares permanentes alugados
Domicílios particulares permanentes alugados
Domicílios particulares permanentes cedidos por empregador
Domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação
ocupação
Domicílios particulares permanentes com abastecimento de
água da rede geral
Domicílios particulares permanentes com banheiro ou
sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou
pluvial
Domicílios particulares permanentes sem banheiro
Domicílios particulares permanentes com 4 banheiros
Domicílios particulares permanentes com 9 banheiros ou mais
Domicílios particulares permanentes com lixo coletado
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 60 a 64 anos de idade
a 04 anos de idade
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 80 anos ou mais de idade
Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo

V0584	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 4 anos de estudo
V0595	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 15 anos de estudo
V0597	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 17 ou mais anos de estudo
V0602	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo
V0604	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos
V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos
V1308	Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo
V1310	Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 2 salários mínimos
V1347	Pessoas com 0 anos de idade
V1361	Pessoas com 14 anos de idade

Fonte: Elaborado pela autora.

Efetuou-se também um levantamento bibliográfico, no intuito de se obter um embasamento teórico capaz de apoiar a análise dos processos estudados e de seus desdobramentos no espaço local. Conceitos como espaço urbano, agentes sociais, segregação socioespacial e desigualdade social, foram refletidos no sentido de permitir um maior entendimento do tema em questão.

Feito isso, procedeu-se à elaboração do Mapa Síntese baseado no mapeamento dos 16 indicadores de desigualdade socioespacial propostos que tomou por base a seguinte metodologia: cada setor censitário que compunham os 16 indicadores analisados dos 3 blocos foi multiplicado por um peso no grupo, os quais somados devem totalizar um (01). Esse peso

específico foi igual para todos, a fim de não atribuir juízo de valor de 1 indicador em detrimento de outro. Para cada grupo somou-se então seus respectivos indicadores.

O indicador síntese proposto é obtido, portanto, através de uma média ponderada das variáveis componentes dos 3 blocos, estando seus valores compreendidos entre zero (indicadores inferiores) e um (indicadores superiores), e que indicam a posição relativa dos setores censitários.

Dessa forma, no mapa síntese, diferentemente dos outros mapas, optamos por trabalhar com quatro classificações diferentes, e não cinco, em relação aos setores censitários.

Adotamos, então, a seguinte classificação:

- 1. os setores censitários que obtiveram uma nota variando entre 0,56 a 0,72 foram classificados como superiores;
- 2. setores com nota entre 0,49 e 0,56 foram classificados como setores intermediários/superior;
- 3. nota entre 0,34 a 0,49 definia o setor censitário como intermediários/inferior;
- 4. nota entre 0,00 a 0,34 definia o setor censitário inferior.

Aporte Teórico

O espaço geográfico é o espaço das relações sociais. Instância social e histórica, é seu lugar de vida, produção e reprodução. Constitui-se quando a natureza é modificada pela intervenção humana com uma finalidade, atribuindo-lhe funções, formas e valores concretos e simbólicos. É o conjunto das relações entre tais formas, funções e valores, resultante de processos sociais do passado e do presente, que o caracterizam tal como se manifesta em suas múltiplas facetas em um dado momento e ao longo da história. O espaço geográfico, desse modo, não pode pré-existir ou estar desvinculado da sociedade, nem da forma da produção social da existência.

Nesta perspectiva, Carlos (2007) destacou que "o espaço geográfico é social, produto de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. (...) Nesse contexto, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por diferentes modos de produção, conseqüentemente, de

apropriação". Logo, os homens ao produzirem sua existência; produzem não só sua história, seu conhecimento, mas também o espaço.

Portanto, de acordo com Castells (2006) a estruturação espacial é conseqüência da articulação dos mesmos sistemas que configuram a sociedade: os sistemas econômico, político e ideológico e de suas respectivas práticas sociais. Esse autor entendeu que na estruturação do espaço: (1) as modificações espaciais ocorrem em paralelo às modificações sociais, suas alterações funcionais e remodelagens, transformações de formas e localizações não preexistem ou antecedem as alterações sociais, que se fazem no âmago do mesmo processo; e (2) o espaço urbano não se organiza ao acaso, mas sim em função da articulação dos elementos dos sistemas que o compõem.

O processo de segregação socioespacial possibilita uma melhor compreensão de como o espaço urbano vem se organizando e sendo alvo de processos que só aumentam a disparidade social. Souza (2000, p. 91) argumenta assim que a fragmentação a que se faz referência é algo diverso. É espacial, e não meramente setorial; é especificamente (sócio) política, embora não implique uma mudança da malha territorial oficial, e sim no surgimento, na disseminação e no incremento de fortes "territorialidades excludentes", no âmbito da sociedade civil, tanto entre os próprios excluídos, tanto entre os socioeconomicamente privilegiados.

Souza (2003), também chamou a atenção para a discussão existente entre segregação induzida e auto-segregação. A primeira, verificada ao longo da História, acontece quando um determinado grupo de pessoas é forçado a viver em determinado lugar. Normalmente, essas pessoas e locais são estigmatizados e, sendo assim, mesmo havendo possibilidade de um individuo passar a residir em outro lugar, se escolher, isso é dificultado pelo medo da hostilização. Isso poderia, á primeira vista ser interpretado como uma espécie de auto-segregação, mas o fato é que a persistência de certos preconceitos ou ódios, disseminados no interior da sociedade, dificulta a mobilidade espacial dos membros de grupos minoritários [...] (SOUZA, 2003, p.70).

Sendo assim, a fragmentação espacial das cidades brasileiras apresenta um padrão onde há proximidade física e distância social, fato resultante da história das relações entre as classes, de dominação e submissão.

Portanto, entendemos ser a segregação socioespacial como um elemento fundamental e necessário para analisar e compreender a organização e estruturação do espaço urbano, como afirma Villaça (1998, p.141): "a segregação como um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intraurbana".

Realizamos também uma análise dos agentes/atores responsáveis pela modelagem do espaço. O destaque dado ao Estado, traduzido pela atuação do Poder Público em suas diversas instâncias e o mercado imobiliário na escala urbana, se deve ao fato, no caso do poder público representar diversos interesses das diferentes classes sociais e também por ser agente mediador dos conflitos entre as mesmas classes e no caso do mercado imobiliário de expressar a característica fundamental do modo de produção capitalista, que é a possibilidade de transformar o solo urbano em mercadoria.

O Estado pode ser um agente modelador direto, quando interfere no espaço urbano através de suas políticas de investimento, como nas áreas de habitação, transporte, infraestrutura e saneamento. Agente modelador indireto, quando interfere na Legislação ou nos controles que ele mesmo exerce, como, por exemplo, no controle das externalidades, através da regulação do zoneamento urbano. E por fim, como agente de redistribuição de renda, quando pratica ações que visam minorar os efeitos causados pela falta de qualidade de vida e de justiça social, refletidos em alguns setores da sociedade. Vale lembrar que:

a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada nível sua atuação e seu discurso que encobrem os interesses dominantes mudam. Mas é no nível municipal que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz, devido à legislação que garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes estes que advém e estão direcionados aos interesses das elites locais. (CORRÊA, 2000, p.26)

Portanto, o Estado capitalista, em diversas instâncias e na maioria dos casos, visa e trabalha para criar condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações. Então, pode-se dizer que a atuação do Estado capitalista na modelagem do espaço urbano, muitas vezes, vem no sentido de criar ainda mais mecanismos que ratificam a segregação socioespacial, agravando assim desigualdade social intra-urbana.

Por fim, cabe lembrar que a cidade capitalista, produto de diversos processos espaciais, não é uma máquina perfeita controlada pelo Estado, e sim uma interação complexa composta de diversos agentes modeladores do espaço, que estão rodeados de interesses, significações e fatores estruturais. Esta configuração faz do Estado apenas um dos condicionantes em jogo.

A atuação do mercado imobiliário como agente modelador do espaço se faz pela presença de alguns atores, tais como: - Os proprietários industriais, os quais possuem e consomem grandes espaços de terra, buscando sempre locais onde tenham terrenos amplos e

baratos, e certa infraestrutura que facilitam no processo de acumulação do capital; - Os proprietários fundiários possuem bastante influência no poder Legislativo e Executivo Municipal, pois como seu interesse é no sentido de obter grandes possibilidades de renda sobre a terra, eles podem tentar pressionar o Estado para que faça leis de zoneamento urbano, além de pressionar também por investimentos em infraestrutura. Neste sentido a terra ficará mais valorizada; - Os promotores imobiliários (incorporadores, financiadores, construtores e corretores) possuem uma atuação estratégica. Por um lado, eles são responsáveis pela produção de habitação em espaços de interesse do capital imobiliário para a população que constitui a demanda solvável, sempre com a intenção de ampliar sua margem de lucro. E por outro lado, pela construção de conjuntos populares em espaços não adequados às exigências espaciais visíveis, criando, reforçando e ratificando a segregação residencial no meio urbano.

Cabe destacar que a ação desse grupo de agentes modeladores se faz presente no território do município de Angra dos Reis desde a década de 70, quando após a construção da Rodovia BR-101 iniciaram novas e profundas transformações no espaço de Angra dos Reis, caracterizado principalmente pela construção de empreendimentos imobiliários voltados ao turismo.

Devemos ainda ressaltar a importância da interrelação entre o Poder Publico e o mercado imobiliário que ora apontamos na promoção, manutenção e aumento dos processos de segregação socioespacial, ou seja, eles não atuam sozinhos ou em separado, mas, pelo contrário os dois agentes se complementam, quando não se confundem ou se tornam parceiros de um mesmo empreendimento, como analisa Smolka (1987).

Essa associação entre o Poder Público e o mercado imobiliário, da qual o primeiro também participa, gerando um planejamento e uma gestão urbanos pouco democráticos, como afirma Souza (2002), que procura sempre privilegiar os interesses uma pequena parcela da população, em detrimento de melhores condições de vida para a grande maioria da população.

Dessa forma, ao apontarmos para a necessidade de mudanças que levem a minimização ou diminuição ou mesmo a extinção dos processos segregativos nas cidades brasileiras, dentro de uma lógica de maior justiça social e diminuição das desigualdades sociais, entendemos serem necessárias a elaboração de políticas públicas consistentes.

Discussão dos Resultados

Procuramos realizar um percurso de territorializar os indicadores sociais ³ de desigualdade intraurbana, a partir de um estudo de caso específico de uma cidade média do interior fluminense, que possa caracterizar, diferenciar e distinguir áreas ou lugares segundo a composição socioeconômica das diferentes classes sociais que neles habitam.

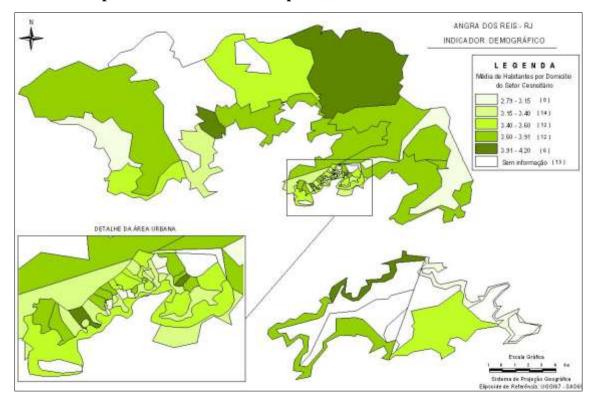
Desvendando como as classes sociais se distribuem e se territorializam no espaço intra-urbano, encontraremos também os territórios da segregação, bem como a materialização no espaço das ações promovidas pelo poder público municipal que, como apontamos anteriormente, é um dos mais importantes agentes dos processos de segregação socioespacial.

▶ Indicadores de Caracterização Contextual: este grupo de indicadores compreende algumas noções de demografia e de habitação, possibilitando identificar a localização/distribuição/concentração de elementos indicativos de desigualdade.

No mapa 1, buscamos representar o indicador referente à Média de Habitantes por Domicilio da cidade de Angra dos Reis. O município tem uma média de 3,61 habitantes por domicilio levando em conta as 119.247 pessoas residentes nos 50.604 domicílios. E analisando o mapa 1, nota-se a coexistência no distrito do Centro de setores censitários apresentando tanto as maiores densidades populacionais por domicilio quanto as menores, desta maneira identificamos realidades contrastantes convivendo com certa aproximação espacial mas com população dotadas de condições de vida diferentes.

Ressaltamos que não entendemos ser a presença de maior ou menor média de habitantes por domicilio em cada setor censitário que um indicador será pior (inferior), ou melhor (superior). Contudo, um maior adensamento populacional pode significar um aspecto relevante da qualidade de vida e um indicativo da desigualdade urbana.

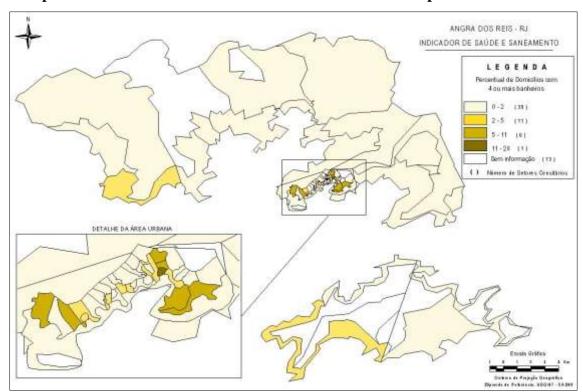
³ Elegeu-se contemplar neste trabalho os indicadores sociais mais expressivos de cada grupo.



Mapa 1: Média de Habitantes por Domicílio do Setor Censitário

O mapa 2 representa o percentual de domicílios com 4 ou mais banheiros que chegam a 1,28% dos domicílios de Angra dos Reis, sendo que em 54,28% dos setores temos a ocorrência desta configuração habitacional.

Entendemos que este indicador tem grande importância tanto em relação ao saneamento quanto do ponto de vista ambiental considerando-se as conseqüências, isto é, da poluição e contanimação, decorrentes da existência ou não de tais serviços. Desta maneira, foi possível identificar no conjunto de indicadores, a partir da abordagem de situações opostas, que há a recorrência de tipos precários de habitação nas mesmas áreas e/ou setores censitários, colocando-nos assim frente a desigualdade de acesso à moradia e nos apresentando os lugares que passam a ser considerados como os únicos e possíveis de serem habitados por parcela da população.



Mapa 2: Percentual de Domicílios com 4 ou mais banheiros por Setor Censitário

▶ Indicadores de Meios de Consumo Coletivo: apresentam características de consumo coletivo como o acesso das residências e das pessoas em relação à infraestrutura de saneamento básico essencial à garantia de melhores condições de vida para toda a população da cidade. Analisamos ainda a escolaridade ou a instrução do responsável pelo domicilio.

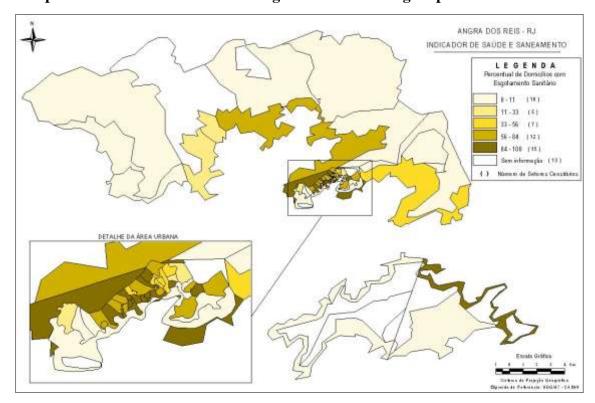
Entendemos que a oferta e a garantia de acesso à esse serviços à população é papel fundamental por parte do poder público e fundamental para garantir uma condição de vida digna para os moradores da cidade como um todo.

Desta forma, um grande número de doenças e enfermidades que acometem os indivíduos (principalmente a população infantil) é evitável por ações preventivas já conhecidas e comprovadamente eficazes. É, portanto, fundamental que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de infraestrutura, como água ligada à rede geral, esgoto e coleta de lixo.

Deste modo, o mapa 3 traz o percentual de Domicílios Ligados à Rede de Esgoto em relação ao total de domicílios do setor, os quais em média 48% dos domicílios são atendidos por esse tipo de serviço em Angra dos Reis. Verifica-se assim, dos 27 setores censitários que

se encontram nos intervalos de maior percentual (de 56% a 100%) no acesso à serviço de esgotamento sanitário, 23 deles estão localizados na área urbana do município.

Assim sendo, na realidade de Angra dos Reis este indicador expressa uma desigualdade na prestação dessa infraestrutura de saneamento, pois é visível a seletividade na distribuição desse serviço de infraestrutura, beneficiando determinadas regiões em detrimento de outras.



Mapa 3: Percentual de Domicílios Ligados à Rede de Esgoto por Setor Censitário

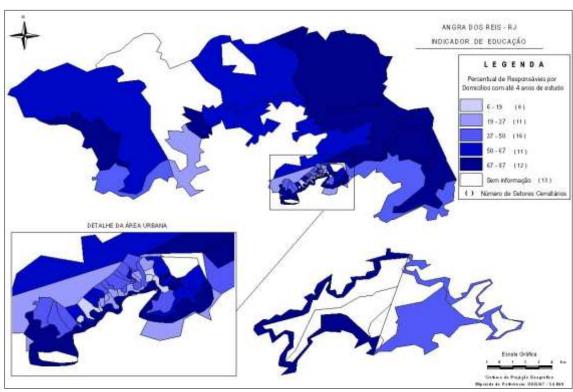
Na perspectiva da instrução, o nível de escolaridade das pessoas terá forte repercussão, tanto no seu rendimento individual como no rendimento coletivo das organizações a que pertencem. Por essas e outras razões, a educação é considerada uma das melhores iniciativas para reduzir as desigualdades sociais, ao trazer oportunidades de melhor qualificação do conjunto da população.

Neste contexto, buscamos apreender as discrepâncias educacionais, analisando o percentual de Responsáveis por Domicílios com até 4 anos de estudo (**mapa 4**) que representam 48,30% dos responsáveis por domicílios no município. Verificamos que este indicador apresenta percentuais acima de 37% dos responsáveis por domicílio em 55,71% dos

setores (39) em Angra dos Reis, sendo que em 32,86% dos setores (23) os percentuais variam acentuadamente de 50% a 87% dos responsáveis que possuem baixa escolaridade.

Foi possível perceber também que em todos os distritos há a presença de setores no intervalo com o maior percentual (67% - 87%) de responsáveis por domicílios com baixa escolaridade. Com este comportamento notamos na área urbana a presença de dois setores nesse intervalo, e estes são setores com características de aglomerados subnormais, e assim são bairros que apesar da proximidade com o centro da cidade possuem situações precárias quanto ao nível de escolaridade dos responsáveis por domicílios.

Neste indicador, novamente há a repetição dos mesmos setores nas condições inferiores, configurando o bairro do Sertão da Mambucaba - faz divisa com o município de Paraty — no distrito de Cunhambebe, os bairros do Frade, Ariró, Serra D'Água e Zungu no distrito de Mambucaba, os bairros da Caputera I e II, Sapinhatuba I, II e III no distrito de Angra dos Reis e todas as praias do lado oeste do distrito que corresponde a Ilha Grande.



Mapa 4: Percentual de Responsáveis por Domicilio com até 4 anos de estudo

▶ Indicadores de Apropriação Individual: indicadores referentes ao poder aquisitivo dos chefes de família na medida em que o acesso aos bens de consumo individuais e mesmo a vários bens de uso coletivo se dá através do mercado. Desta forma, estes indicadores permitirão ampliar o enfoque usualmente restrito às carências da população e incorporar as privações do espaço vivido abordando, com isso, distintas dimensões da desigualdade.

O grupo de chefes de família com renda mensal de até 2 salários mínimos representa 29,61% do total de chefes de família da cidade e analisando o **Mapa 5**, percebemos que os setores nas situações inferiores, percentuais acima de 39% até 71%, encontram-se em sua maioria na periferia do município que correspondem à bairros afastados do centro da cidade, a saber: Banqueta, Parque Belém, Sertão de Mambucaba, Sertão do Ariró, Sertão do Bracuí, Serra D'água, parte do Morro do Moreno e da Lambicada, e o lado oeste da Ilha Grande (Praia de Provetá, Aventureiro, Araçatiba e Parnaióca).

É interessante notar que os 12 setores censitários com os menores percentuais (até 14%) de chefes de família com rendimento de até 2 salários mínimos se concentram nos bairros do centro da cidade, que correspondem ao Parque das Palmeiras, parte do Colégio Naval e Centro.

ANGRA DOS REIS - RJ
INDICADOR DE RENDA

LE GEN DA
Percurtual de Responéees por
forrective con rendmente de
alé 2 suivent mismos

L-14 (12)
L-25 (13)
X-3 (23)
S-27 (4)
Seri informação (13)
Cert informação (13)
L-14 (10)
Seri informação (13)
L-15 (13)
Seri informação (13)
L-16 (10)
Seri informação (13)
Seri in

Mapa 5: Percentual de Responsáveis por Domicílios com Renda de até 2 salários mínimos

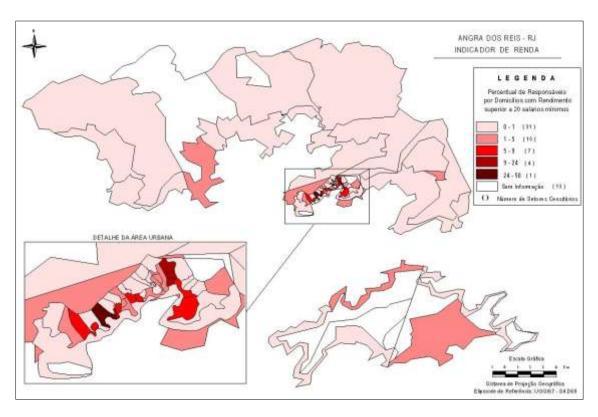
Num sentido oposto, analisamos o indicador que representa o outro extremo do rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, ou seja, aqueles com renda mensal superior a 20 salários mínimos, como podemos observar no **Mapa** 6, que representa a localização da classe social que ocupa o topo da estrutura social.

Este indicador abrange 2,03% dos responsáveis pelos domicílios da cidade e apresenta 1 setor com até 50% de chefes com renda acima de 20 salários. Visualizamos também nos 4 setores censitários que se encontram na penúltima variação de percentuais (9% a 24%) e que representam uma parcela dos indicadores em situação intermediária, novamente a presença do bairro Parque das Palmeiras e parte do bairro do Centro.

A partir da análise desse indicador, podemos perceber como é relevante a presença da classe de maior pode aquisitivo em apenas alguns poucos setores e em determinadas áreas da cidade, enquanto que os setores de indicador inferior, onde se localizam as classes sociais de menor poder aquisitivo ocupam uma área bem maior e em quase todo o espaço da cidade.

Desta maneira, mesmo sabendo que a renda não é o único elemento a determinar as condições de vida, em uma sociedade capitalista ela é fundamental fazendo com que as desigualdades socioespaciais urbanas se intensifiquem, acirrando ainda mais os processos de segregação socioespacial nas cidades capitalistas.

Mapa 6 - Percentual de Responsáveis por Domicílios com Renda Superior a 20 salários mínimos



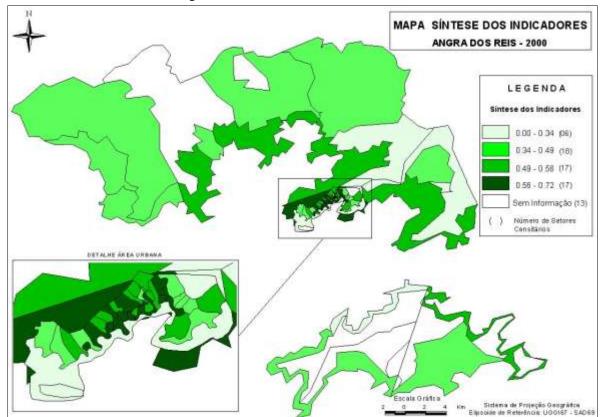
A Concretude da Segregação: Espaços de auto segregação e de segregação induzida na escala urbana

Baseado no mapeamento dos 16 indicadores de desigualdade socioespacial podemos entender que a segregação socioespacial é elemento importante na estruturação do espaço da cidade de Angra dos Reis.

Desta maneira, a abordagem geográfica que apresentamos sobre a segregação socioespacial possibilitou a produção de um material empírico, e nos revelou que diante das associações feitas entre os dados referentes às condições demográficas, saneamento, saúde, habitacionais, renda e educação, fica evidente que a desigualdade sócioespacial, apesar de disseminada por quase toda área em estudo, é mais proeminente em áreas de determinadas regiões da cidade. E assim, configurando um agrupamento destas áreas.

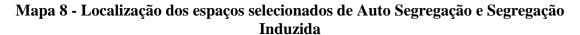
Com efeito, o resultado da aplicação dos índices repetiu-se como um padrão espacial em quase todos os índices analisados. Estes resultados validaram a geração do "Mapa Síntese" (mapa 7), no entanto, cabe destacar que, a organização e geração dos mapas temáticos e síntese dos padrões de segregação socioespacial não foi a finalidade última para trabalhos como este, mas apresenta-se como uma ferramenta e um meio estratégico para a formulação de políticas sociais e a tomada de decisão, bem como para suscitar novos estudos sobre a segregação socioespacial.

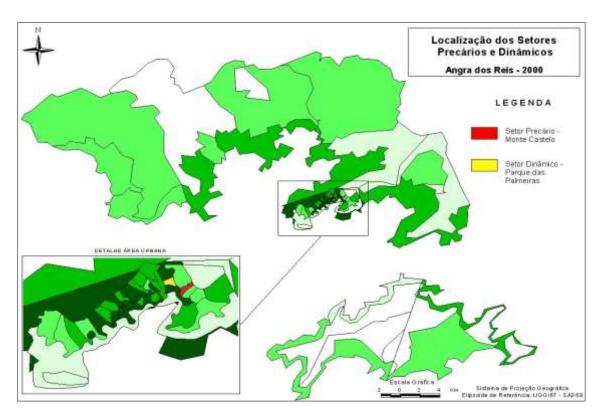
Em uma relação dialética, ao concentrarmos os indicadores socioespaciais superiores e, conseqüentemente, as classes sociais dominantes em apenas algumas áreas gerais da cidade, concentramos em outras porções da cidade as classes sociais populares, juntamente com os indicadores inferiores, ou seja, ao mesmo tempo em que se valoriza uma determinada área da cidade, outra área se torna menos valorizada ou mais depreciada como também quando se auto-segrega, em condomínios exclusivos, segrega-se e se exclui outra parcela da população, como podemos perceber a partir da leitura do mapa síntese, com a constatação da concentração de parte dos 6 setores censitários classificados como inferiores ou com a maioria dos 18 setores classificados como intermediários inferior naquelas áreas mais depreciadas e desvalorizadas da cidade.



Mapa 7: Síntese dos Indicadores Sociais

Identificadas e delimitadas as áreas empiricamente definidas como precárias e as áreas dinâmicas quanto aos serviços, infraestrutura e acesso à cidade no mapa síntese, elegemos um local que representasse cada situação e a partir disso realizamos uma análise qualitativa utilizando registros fotográficos simplificados. Uma visita a estas áreas na cidade buscou identificar em que condições se encontravam hoje, as áreas diagnosticadas a partir dos dados do censo de 2000, servindo como um balizador qualitativo para observar se houve mobilidade das áreas precárias e dinâmicas da cidade após o período de dez anos.





Deste modo, a área precária (segregação induzida) selecionada corresponde ao setor censitário referente ao bairro do Monte Castelo – Sapinhatuba II. Este setor possui uma população de 1893 pessoas distribuídas em 597 domicílios, representando uma média de 3,17 habitantes por domicílio, enquanto que a média da cidade é de 2,35 habitantes por domicílio. A população deste setor corresponde a 1,6% da população da cidade, bem como o percentual de domicílios dos mesmos corresponde a 1,18% dos domicílios de Angra dos Reis – conforme dados do IBGE em 2000.

Monte Castelo é um bairro localizado na entrada do centro da cidade, às margens da BR-101, numa área com relevo íngreme, sendo assim um local inapropriado para a construção de moradias. O seu processo de ocupação ocorreu de forma gradativa, promovido individualmente por cada interessado e em sua maioria por pessoas provenientes de diversos lugares para trabalhar, prioritariamente na construção da Usina Nuclear de Angra I na década de 60. Foi relatado também que nesse processo de ocupação existiu a presença de caiçaras que foram expulsos de suas terras com localização privilegiadas na época da implantação dos grandes empreendimentos.

Em termos de serviços públicos, há uma escola municipal situada na parte superior da comunidade, um posto de saúde situado na parte inferior da comunidade, mas segundo

relatado oferece poucas especialidades médicas (no dia da observação a responsável era uma enfermeira chefe, pois o médico estava de férias e não havia um profissional para substituí-lo) e também não funciona nos finais de semana e feriado, necessitando assim um deslocamento até o centro da cidade.

Deste modo, a observação de campo proporcionou constatar que a precariedade territorial deste bairro, principalmente em relação aos serviços de saúde, é mais proeminente quanto à qualidade do atendimento e dos serviços prestados a população do que propriamente a existência e localização dos mesmos.

Notamos assim, que neste bairro predominam diferentes carências materiais e simbólicas. Além disso, percebemos que há um processo de segregação dentro da área segregada, uma vez que na parte superior do bairro localizam as maiores deficiências.

Registros fotográficos do bairro Monte Castelo - Espaço de Segregação Induzida







Já a área dinâmica selecionada corresponde ao setor censitário referente ao bairro do Parque das Palmeiras que possui uma população de 1347 pessoas distribuídas em 699 domicílios, representando uma média de 1,93 habitantes por domicílio. A população deste setor corresponde a 1,13% da população da cidade, bem como o percentual de domicílios dos mesmos corresponde a 1,38% dos domicílios de Angra dos Reis.

Este bairro apesar de possuir forte característica residencial, também possui diversos estabelecimentos comerciais e de serviços que, de uma maneira geral, tem importância para todo o município, como um shopping center (decadente) que conta com caixas eletrônicos (Banco 24 Horas, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal), farmácia, loja de eletrodomésticos, padaria, supermercado, salões de beleza, 2 colégios particulares, academia de dança, 2 hospitais particulares (Costa Verde e Unimed), sede da empresa de energia Ampla e do Ministério Público Federal, bem como a existência de residências e condomínios voltados para a classe média e classe média-alta.

Vale destacar que no entorno deste bairro também se encontram o Terminal Rodoviário, o Corpo de Bombeiros, um posto de saúde da prefeitura, uma creche municipal, o shopping Pirata's Mall (o outro shopping do município).

A observação de campo proporcionou constatar o processo de adensamento imobiliário por meio da verticalização que o bairro Parque das Palmeiras e entorno vem sofrendo.

Uma moda incentivada pelos promotores imobiliários, que oportuniza aos seus moradores contarem com vários serviços e equipamentos de uso coletivo, sem sair da segurança do condomínio, como uma academia de ginástica, salão de festas, piscinas, entre outros.

Neste contexto, Angra dos Reis começa a experimentar uma intensificação no processo de auto segregação imposta pelo crescimento vertical, principalmente no bairro do Parque das Palmeiras e nos bairros do entorno. É no Parque das Palmeiras que se constroem os prédios residenciais mais sofisticados para atender uma exigente classe alta que deseja segurança, morar em lugar dotado de boa infraestrutura, bem localizado, de fácil acesso ao centro da cidade e, também, *status* social.

Registros fotográficos do bairro Parque das Palmeiras – Espaço de Auto Segregação









Desta maneira, além dos dados, foi possível utilizando-se da observação simplificada, verificar que são áreas cujas características gerais dos moradores e das condições de moradia são, em média, bastante distintas entre si: enquanto no Monte Castelo predominam pessoas das classes populares, com baixa escolaridade e renda, no Parque das Palmeiras, prevalecem indivíduos das classes média e média alta, bastante escolarizados. Atentando-se especialmente para a questão habitacional, as formas, os padrões de construção, as estruturas das ruas desses dois bairros apresentavam-se bastante distintos e indicam as características daqueles que as produziram e moram lá.

As análises feitas permitem assim afirmar que nas cidades de hoje fica fácil identificar os espaços diferenciados – áreas industriais, bairro nobre para a população de maior poder aquisitivo, o centro de negócios, as periferias subequipadas - o que facilita a distribuição de funções e atividades urbanas e conseqüentemente a divisão social do espaço (CORREA, 1999).

As análises também revelaram que, complementarmente a desigualdade social, sobrepõem-se diferenças internas significativas, que sinalizam que apesar de pessoas de diferentes classes sociais morarem bastante próximas geograficamente, as barreiras a uma proximidade efetiva se mantêm.

Reflexões Finais

Pensar a cidade e a urbanização significa enfrentar desafios que se colocam tanto no campo metodológico, quanto no campo da ação prática e em especial na formulação de políticas de combate às desigualdades sociais que devem ser norteadas por alguns princípios fundamentais:

- integração das ações municipais;
- territorialização das ações em bairros distintos;
- participação da comunidade nas decisões públicas;
- ampla provisão de moradias sociais em diversas áreas ociosas;
- legislação que execute de forma adequada o zoneamento urbano a fim de garantir a distribuição igualitária pelo espaço urbano de serviços essenciais a comunidade e:
- imposto progressivo para terrenos vazios.

Desse modo, é importante frisar que a segregação deve ser enfrentada com políticas de intervenção através de uma perspectiva integral, vinculando as dimensões econômica, social e urbana. As políticas públicas desse modo devem ser de inclusão urbana e de combate às desigualdades e diferenciações socioespaciais em seus diversos níveis e dimensões.

É importante salientar que a metodologia de espacialização dos indicadores sociais possibilitou o conhecimento e o entendimento de que a precariedade territorial é mais presente e evidente em determinadas partes da cidade. Isso demonstra e aponta que *o lugar de cada um*

não é definido aleatoriamente na cidade capitalista. Pelo contrário, alguns agentes da produção do espaço urbano são fundamentais na definição dos lugares da diferença.

Ficou evidenciado, desta maneira, que o Estado e os agentes imobiliários tiveram preponderância na determinação da localização e das características dos espaços produzidos para os mais pobres, essencialmente no Monte Castelo, e dos mais ricos, basicamente, nas áreas dos bairros onde se localizam os condomínios exclusivos, na orla de Angra dos Reis. A concentração de, condomínios e similares destinados a cada um desses grupos sociais, como se demonstrou ao longo desta dissertação, evidenciaram um processo de segregação socioespacial tal como foi definido neste estudo: concentração de moradias de uma classe social em um determinado espaço da cidade, resultante de processos socioeconômicos, políticos e ideológicos predominantes em dado momento histórico e que atuam estruturando a cidade em áreas social e espacialmente diferenciadas.

Ademais, Angra dos Reis tornou-se uma malha de agentes produtores do espaço com diferentes interesses sobrepostos, tanto da escala federal, estadual e municipal como também da iniciativa privada, da sociedade local e dos diferentes grupos econômicos. Cada grupo na defesa de seus interesses tendo como palco o território do município de Angra dos Reis. Verifica-se, assim, que o município de Angra dos Reis é um laboratório vivo, em constantes transformações espaciais que foram desencadeadas por diferentes grupos sociais durante um curto período e, por isso mesmo, palco de constantes conflitos entre os diferentes atores sociais.

Referências Bibliográficas

ARRIAGADA, Ilma. *Políticas sociales, família y trabajo en la América Latina de fin de siglo*. Políticas Sociales, Cepal, Santiago de Chile, n. 21, out. 1997.

BERTONCELLO, R. *Processo de Modernização e Espaço local: o Caso do Município de Angra dos Reis*. R.J. Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, A cidade, São Paulo: Contexto, 1994.

_____, A. F. *O Lugar no/do Mundo*. 1ª Ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CIDE - *Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, Banco de Dados Municipais*. Rio de Janeiro: 2007. Sistema de Informações disponível na Internet: http://www.cide.rj.gov.br.

CORRÊA, R. L. <i>O Espaço Urbano</i> . Série Princípios. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
, R. L. <i>Trajetórias geográficas</i> . 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dados Agregados por Setores Censitários dos Resultados do Universo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível na Internet: http://www.ibge.gov.br .
, Arquivos Cartográficos Digitais dos Setores Censitários Urbano e Rural do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível na Internet: http://www.ibge.gov.br .
, – Censo Demográfico – Dados Gerais do Brasil e RJ. Rio de Janeiro, 2000.
Contagem Populacional: Rio de Janeiro, 1996.
LOJKINE, Jean. <i>O Estado capitalista e a questão urbana</i> . Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997. 359p.
KOGA, D. <i>Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos</i> . São Paulo: Cortez, 2003, 299p.
SMOLKA, Martin O. <i>O Capital Incorporador e seus Movimentos de Valorização</i> . Cadernos PUR/UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, p.47, jan./abr., 1987.
SOUZA, M. L. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
O Desafio Metropolitano: Um Estudo sobre a Problemática Sócioespacial nas Metrópoles Brasileiras. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998. 373p.